

## ANEXO I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 - **Ricardo Bruno da Rocha Torres**, titular do Cartão de Cidadão n.º. 11676346 9 ZX8, com validade até 19 de Outubro de 2027, com domicílio profissional em Pólo Industrial da Meadela, Lote 35, 4900-707 Meadela – Viana do Castelo, e **Paulo Roberto da Balinha Santos**, titular do cartão cidadão n.º. 11655554 8 ZY7 com validade até 2 de Maio de 2021 com domicílio profissional em Pólo Industrial da Meadela, Lote 35, 4900-707 Meadela – Viana do Castelo, na qualidade de representantes legais da **Baltor – Engenharia e Construção Lda**, com o número de identificação fiscal n.º 508432430, com sede no Pólo Industrial da Meadela, Lote 35, 4900-707 Meadela – Viana do Castelo, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA SIDÓNIO PAIS – 123/18\_CP\_E”**, declaram, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declaram aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declaram também que executarão o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração do concorrente, sob compromisso de honra, de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada conforme modelo constante do anexo I ao CCP;
- b) Lista de preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução, em formato .pdf e .xls ou .sxc.
- c) Mapa resumo dos valores (por capítulo);
- d) Nota justificativa do preço proposto;
- e) Plano de Estaleiro;
- f) Plano de trabalhos, tal como definido no n.º 1 do artigo 361º do CCP, incluindo o plano de equipamentos e mão-de-obra, com respeito pelo prazo de execução fixado no caderno de encargos. O nível de discriminação a apresentar é o que consta da lista de quantidades de trabalhos;
- g) Plano de pagamentos, com indicação das percentagens sobre o valor global da obra, congruente com o Programa de Trabalhos;
- h) Memória justificativa e descritiva do modo de execução da obra;
- i) Documento a que se refere o n.º 4 do artigo 60.º do CCP;
- j) Plano de implementação das estruturas provisórias para leccionamento de aulas;
- k) Certidão do registo comercial atualizada.

3 - Declaram ainda que renunciam a foro especial e se submetem, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declaram, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do código dos contratos Públicos.

5 - Os declarantes tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do referido Código.

7 - Os declarantes tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Viana do Castelo, 8 de Fevereiro de 2019

Os representantes da **Baltor – Engenharia e Construção Lda,**



**BALTOR**  
Engenharia e Construção Lda.  
A Gerência

